

POLÍTICA NEOLIBERAL E A UNIVERSIDADE PÚBLICA NO BRASIL PÓS 1990: O CASO DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE FEIRA DE SANTANA-BA

José Antônio Lobo dos Santos*

RESUMO: *Este trabalho tem como principal objetivo discutir a expansão das políticas neoliberais no ensino superior brasileiro pós 1990. Para tanto, enfocaremos um estudo de caso, retratando a realidade da Universidade Estadual de Feira de Santana-BA, buscando compreender as conseqüências desse processo para as comunidades locais e regionais. O desenvolvimento desse trabalho teve como suporte teórico-conceitual algumas concepções de DEMO (1998) e GENTILI (1996) que discutem a questão do neoliberalismo na educação brasileira e como essas políticas buscam mercantilizar a educação e voltá-la essencialmente para atender ao mercado e às grandes Corporações Transnacionais. Os resultados da pesquisa revelaram que a universidade pública está passando por um processo de sucateamento e privatização interna. Esse processo é direcionado por políticas neoliberais, comandadas pelo Banco Mundial, FMI e elites locais, com o intuito de privatizar as instituições e, conseqüentemente, reduzir a intervenção do Estado na educação superior. A título de conclusão, observamos que a UEFS não foge à regra, acompanhando as transformações do ensino superior público brasileiro. A expansão de cursos pagos, a falta de projetos de extensão e a decadência na qualidade do ensino e das pesquisas são fortes indícios do neoliberalismo nesta universidade. Contudo nota-se uma particularidade nessa instituição que é a forte resistência parte do movimento estudantil e parte dos professores a esse processo. Ao final desse trabalho, espera-se contribuir no sentido de despertar a sociedade para a urgente necessidade de combater a mercantilização da educação e a privatização do ensino público brasileiro. Esperamos também motivar a criação de uma resistência contra as imposições das elites nacionais e internacionais, preservando-se o direito do cidadão a uma educação pública e com qualidade.*

Palavras-chave: Política; Neoliberalismo; Educação Pública.

INTRODUÇÃO

Este trabalho busca discutir a expansão do pensamento neoliberal na política educacional brasileira. A crise no sistema de acumulação do modo de produção capitalista da década de 70 exigiu que os atores hegemônicos do espaço buscassem uma saída para assegurar o predomínio do capitalismo. A solução para enfrentar tal crise baseava-se na imposição de verdades condizentes com as novas necessidades dos países dominantes como: o livre mercado, menor intervenção dos Estados na economia e em setores como a educação, pois, segundo os teóricos neoliberais, o Estado mostrava - se incapaz de gerenciar tais setores, o neoliberalismo se transformava em uma verdadeira alternativa de poder no interior das principais potências do mundo capitalista. Nesse contexto, observa-se uma forte presença de orientações baseadas na cartilha neoliberal para o sistema educacional brasileiro, principalmente para o ensino superior, o qual é objeto de estudo deste trabalho.

Num primeiro momento, discutiremos a relação entre o neoliberalismo e a educação, enfocando as propostas neoliberais para o sistema educacional; num segundo momento,

* Acadêmico do Curso de Geografia da Universidade Estadual de Feira de Santana – UEFS. Orientador: José Adelmo de Meneses Oliveira, Mestre em Educação.

abordaremos a relação entre o Banco Interamericano de Desenvolvimento e Reconstrução (BIRD) e a educação brasileira; em seguida, tomaremos como estudo de caso a Universidade Estadual de Feira de Santana-BA, analisando a aplicação de políticas neoliberais na gestão da mesma, ao longo da década de noventa.

NEOLIBERALISMO E EDUCAÇÃO

Os projetos neoliberais têm suas bases em uma série de estratégias tanto econômicas quanto políticas, adotadas ao longo da segunda metade do século XX como uma tentativa da elite dominante para resolver as constantes crises do sistema capitalista. Para tal foi posto em prática em nossa sociedade um projeto de reforma ideológica, através dos discursos persuasivos dos seus principais teóricos, onde afirma que tal projeto seria a única saída possível para a crise. Seguindo assim, não era apenas aplicar o projeto, mas sim fazer com que a sociedade aceitasse como algo natural e necessário, passando, no decorrer da metade do século XX, a orientar as decisões governamentais em grande parte do mundo capitalista.

No que se refere à aplicação do projeto neoliberal no contexto educacional, faz - se necessário compreender de que forma os neoliberais vêem o sistema educacional como um todo. Segundo eles, o sistema educacional passa hoje por uma profunda crise, fruto da expansão desordenada que o mesmo vem sofrendo nos últimos anos, o que resulta na má qualidade do ensino e nas ultrapassadas práticas pedagógicas e gestão administrativa. Tal sistema educacional, segundo os neoliberais, passa por uma crise gerencial. Sendo assim, se faz necessário a democratização do acesso às escolas através de uma reforma administrativa que busque uma melhor qualidade dos serviços educacionais, pois os problemas da educação são conseqüências do mau gerenciamento das políticas públicas por parte do Estado. Assim, pode-se perceber que o capitalismo culpa a todos pela crise inclusive os professores no que tange à educação, isso tudo se dá graças à ideologia neoliberal que prega os deveres e se esquece dos direitos da população.

As políticas adotadas pelos governos neoliberais voltadas para educação, buscam uma fórmula ideal capaz de descrever motivos que originaram tal crise bem como os responsáveis por ela. Para tal, buscaram desenvolver algumas políticas de reformas educacionais pautadas no controle, avaliação e adequação dos serviços educacionais às necessidades do mercado, visando desenvolver o estímulo à competitividade bem como aos princípios meritocráticos, o indivíduo tem que atender aos interesses das grandes corporações que buscam mão-de-obra “qualificada”. Sendo assim, os neoliberais buscam mercantilizar a educação através de conceitos específicos de qualidade, ou seja, a educação deveria ser pensada e avaliada como se fosse uma imprensa produtiva, seguindo sempre a lógica do capital. A educação vista como mercadoria favorece quem tem mais dinheiro, que certamente terá uma educação de melhor qualidade (para o mercado). Porém, mesmo assim, os indivíduos que tiveram acesso às melhores escolas não terão a garantia de emprego futuro, mas a garantia de disputar com outras uma vaga no mercado de trabalho.

Essas políticas definem estratégias que buscam transferir a educação da esfera social, com o um direito de todos, para a esfera do mercado educacional, é o que GENTILI (1996, p 29), denomina de

um processo de Mcdonaldização da educação onde, as instituições escolares devem funcionar como empresas produtoras de serviços educacionais [...]. A interferência estatal não pode questionar o direito de livre escolha que os consumidores de educação devem realizar no mercado escolar.

De acordo com o autor, a idéia é transformar a educação num grande projeto lucrativo

para a iniciativa privada. Para tanto, a mesma terá que atender às exigências e funcionar de acordo com a lógica do mercado, como, por exemplo, uma lanchonete do Mcdonald, com alta produtividade e pouca reflexão crítica.

O BANCO MUNDIAL E A EDUCAÇÃO BRASILEIRA

No final da década de 60, o BIRD passou a apoiar projetos que objetivam promover igualdade e o bem-estar social, e o setor educacional passa a ter destaque no quadro dos financiamentos desta instituição, visando à participação de todos nos benefícios sociais. Para tanto, o banco recomendava a extensão da oferta do ensino elementar a todas as crianças e adultos. A educação deveria ser integrada ao trabalho. Analisando o caso do Brasil, percebe-se que, desde 1971, o BIRD presta cooperação técnica à educação brasileira, através de projetos de co-financiamentos desenvolvidos no âmbito do Ministério da Educação.

Foram diversos os empréstimos do BIRD para o Brasil, a partir da década de 70, que se encaixavam nas linhas de créditos convencionais. Foram financiados dois projetos de educação técnica ao Ministério da Educação, em 1971 e 1984, onde se pretendia a expansão da matrícula no ensino técnico de 2º grau, construção e ampliação das instalações escolares, aquisição de equipamentos e formação de professores. Porém o que se observou na prática foi que os objetivos não foram atingidos por completo devido à incompatibilidade entre as exigências internacionais e as condições econômicas do país. As exigências internacionais para modificar o sistema educacional brasileiro eram muitas, em sua maioria, pensadas de forma vertical, o que dificultava a implantação e o funcionamento, pois serviam muito mais para atender a interesses externos do que aos internos.

O mais interessante desses projetos refere-se ao fato de a maior parte dos gastos destinarem-se à aquisição de equipamentos importados. A experiência dos projetos internacionais não beneficiou convenientemente o setor educacional, a dívida externa do país só fez aumentar, o desempenho não correspondeu às expectativas, evidenciando que a cooperação técnica internacional pouco contribuiu para o desenvolvimento da eficiência gerencial da educação. Pensar numa educação tecnicista para melhorar a qualidade da mão-de-obra para as transnacionais, aqui instaladas, gerou problemas na educação fundamental e não resolveu problemas estruturais da educação brasileira como: alto índice de analfabetismo, evasão escolar, alto índice de repetência e o analfabetismo funcional.

Por fim, os projetos foram financeiramente dispendiosos, pois o Brasil arcava com mais de 65,0% dos custos total dos projetos e os resultados destes mostraram-se pouco relevantes do ponto de vista educacional, o que evidencia que tais projetos são formulados com o intuito de adequar a educação do terceiro mundo aos interesses do BIRD e dos países dominantes, ou seja, fornecer mão-de-obra “qualificada” e barata para as grandes empresas.

Para os neoliberais, a saída do Estado do setor educacional, onde a concorrência resulta em uma maior eficiência dos serviços oferecidos, seria a única saída para a crise da educação. A interferência do Estado na esfera social, econômica e cultural impede e trava a liberdade individual de eleger, criando um efeito improdutivo, fruto das práticas coletivas, situação esta que pode ser verificada no serviço prestado pelo Estado, no campo da saúde, da previdência, da Segurança Pública e principalmente da educação. Por isso se faz necessário a adoção de medidas “democráticas” onde o indivíduo possa desenvolver sua capacidade de escolha, onde a livre concorrência seja garantida juntamente com respeito às capacidades individuais de atuação no mercado.

Pode-se perceber que, segundo os neoliberais, o Estado de forma direta, através de suas políticas assistencialistas e os próprios sindicatos; de forma indireta, através de atividades que proclamam o interesse geral, são os grandes culpados pela crise educacional, porém não só o

Estado e os sindicatos, mas a sociedade como um todo tem sua parcela de contribuição na crise.

os pobres são os culpados pela pobreza; os desempregados pelo desemprego; os sem-terra pela violência no campo; os pais pelo rendimento escolar dos seus filhos; os professores pela péssima qualidade dos serviços educacionais. O neoliberalismo privatiza tudo, inclusive também o êxito e o fracasso social. (GENTILI 1996, P 22).

O autor define de forma brilhante a lógica do discurso moderno do liberalismo que culpa as organizações populares e profissionais das áreas pelo dito “fracasso” e esconde os atores hegemônicos que atuam nas estruturas da sociedade, fomentando as contradições do sistema capitalista.

A UNIVERSIDADE ESTADUAL DE FEIRA DE SANTANA-BA, NO CONTEXTO DAS POLÍTICAS NEOLIBERALISMO

Como a grande maioria das instituições públicas do Brasil e de outros países, a UEFS não foge das políticas estruturais, pautadas no neoliberalismo. O processo de construção dos novos princípios para a educação, cuja formação cidadã e a discussão crítica perde espaços para o ensino técnico e apolítico, é um dos pilares para consolidação das políticas neoliberais nas sociedades. Nesse contexto, verifica-se que a UEFS segue à risca este modelo e contribui para a implementação dessas políticas.

A UEFS está localizada na porta do semi-árido brasileiro, no município de Feira de Santana-BA. As diversas administrações da UEFS sempre seguiram a cartilha de gestão fornecida pelo Governo do Estado (Bahia), um governo de posturas ditatoriais, centralizador e muito ligado às elites locais e regionais. Elites que expressam um poder local e regional muito forte, detendo o controle do território e das ações a serem desenvolvidas no espaço. Nesse contexto, a UEFS fica refém das vontades estratégicas dessas elites, do Governo do Estado e das políticas submissas de sua própria administração, que incorporam as políticas neoliberais e as colocam em prática nas estruturas da universidade.

O neoliberalismo ganha força na UEFS, a partir de 1994, com a gestão da Prof^a. Anaci Bispo Paim (atual Secretária de Educação do Estado). Ela mesma mantém um corpo administrativo em plena consonância com as propostas do projeto neoliberal para a educação, principalmente para as universidades públicas. As políticas neoliberais vão ganhando força, não só na UEFS, mas em todo o país; as teses de que o público é irresponsável e incompetente e que a privatização, com a redução do Estado, é a única solução, contagiam a administração da UEFS.

Entre os anos de 1994 e 2003, diversas ações foram desenvolvidas, como estratégias de transformação das bases da UEFS. Adotou-se uma política calcada na numerolatria e na valorização dos cursos que mais atendem às necessidades do mercado capitalista, desprezando-se as áreas de pouca relevância para o Grande Capital, como, por exemplo, as Ciências Humanas. Além dessas observações, podem-se citar muitas outras ações.

Expansão de cursos pagos

Nota-se uma grande expansão de cursos pagos na UEFS, principalmente a partir de 1994. As chamadas pós-graduações, esses cursos são administrados por uma entidade, da qual não se conhece a procedência, chamada de Amigos da UEFS (AMUEFS). Esses cursos privatizados representam, de certa forma, a implantação sorradeira dos princípios neoliberais na universidade.

Para legitimar a expansão de cursos privados, adotam a desculpa de que os recursos são escassos e que a pós-graduação vai incentivar a produção científica e o desenvolvimento regional e a consolidação do mestrado e doutorado. Mas o que se observa é que a pós-graduação da UEFS está servindo como uma empresa, extraindo mais-valia e contribuindo muito pouco para o desenvolvimento local e regional. Basta observar que se tem uma pós-graduação em Educação Ambiental, que não desenvolve nenhum trabalho concreto sequer nas comunidades adjacentes à própria Universidade. Essa constatação vem reforçar a idéia de que são apenas empresas, auferindo lucros com a educação. A universidade mantém um total de 48 cursos pagos, sendo que apenas 32 vêm funcionando regularmente.

Centralização dos fóruns deliberativos

As das origens da UEFS, muito pouco conhecido pela comunidade universitária, demonstra que, desde o seu nascimento, a universidade trouxe a marca da não-participação. A comunidade universitária - docentes, discentes e funcionários - se formou sem o exercício da participação: os planos e realizações eram concebidos e postos em prática pelas elites dirigentes, compostas de pessoas nomeadas, convidadas e obedientes.

Esse é o retrato dos fóruns deliberativos da UEFS. Observou-se um certo avanço na democratização com a criação dos Conselhos Superiores (CONSAD, CONSU e CONSEPE), porém a centralização e a submissão se reproduziram dentro dos Conselhos, com os chamados “votos de cabresto”. Indaga-se, também, a própria composição dos Conselhos, pois as mesmas não permitem uma representação justa para estudantes e funcionários. A Lei de Diretrizes e Bases da Educação, criada em 1996, diz em seu artigo 56 que docentes ocuparão 70% das cadeiras nos conselhos, ficando 30% das vagas para discentes e funcionários das instituições. Contudo a UEFS baseia-se numa lei estadual nº 7176 que define apenas 12% das vagas para discentes e 88% para professores, entrando em choque com a Constituição Federal.

Até 2001, os estudantes, que são ampla maioria (aproximadamente 10.000), não tinham direito a votar nos Conselhos direito conquistado com muita luta e greve estudantil. A grande pergunta é, por que esses fóruns deliberativos são tão fechados e centralizados? Será que os dirigentes da Universidade têm medo das idéias divergentes, que vão de encontro às propostas neoliberais? O que se pode dizer é que as articulações para aprovar propostas de cunho neoliberal são fechadas e não admitem idéias contrárias, pois o pensamento único tem que prevalecer sobre todos os outros.

“Redução” dos investimentos e inversão de prioridades

Segundo a cartilha neoliberal, a UEFS vem desenvolvendo uma política de redução dos gastos. Esse corte de gastos implica a deterioração das condições de trabalho na Instituição. Os professores, funcionários e estudantes sofrem constantemente com essas políticas, pois implicam baixíssimos salários para os profissionais, em falta de materiais básicos para o desenvolvimento dos trabalhos, principalmente livros e materiais odontológicos, na inexistência de uma plena qualidade de ensino, pesquisa e extensão.

Essas imposições de redução de gastos, terceirização da força de trabalho, centralismo nas deliberações, privatizações internas com as pós-graduações pagas, entre outros, refletem a determinação de um conjunto orquestrado para acabar com a essência do sentido da educação e transformá-la num mercado promissor. No caso da UEFS, essas ações têm se refletido profundamente no ensino, na pesquisa e na extensão.

Ensino, Pesquisa e Extensão

É válido questionar que modelo de projeto pedagógico se está adotando diante das políticas de mercantilização da educação? A administração acadêmica é voltada para os objetivos da Instituição? Que ensino, pesquisa e extensão se desenvolvem na UEFS?

Com relação ao ensino, pesquisa e extensão, pode-se dizer que a implantação das políticas mercadológicas, calcadas na numerolatria e no privilégio de determinados setores, estão degradando a qualidade e o compromisso do ensino, produção científica e principalmente da prática social.

O ensino, totalmente desvinculado das pesquisas e da extensão, salas de aula sem estruturas adequadas (vidros quebrados, tomadas queimadas, ventilação insuficiente, etc) falta de materiais básicos, profissionais desmotivados com os baixos salários. Contudo o pior são as diretrizes que o ensino vem tomando nos últimos tempos. A lógica do mercado e do individualismo vem ganhando grande espaço nas aulas que são dadas na UEFS. O ensino técnico, principalmente em cursos como as engenharias (civil, alimentos e computação), administração e outros são muito presentes no cotidiano da universidade. De acordo com o GTAI (Grupo de Trabalho de Avaliação Institucional-1997), o ensino na UEFS é marcado pela falta de integração interdisciplinar, pelo privilégio a determinadas áreas e pela falta de preparo de boa parte dos professores. Segundo o GTAI (1997), o corte de investimentos para a qualidade do ensino e as estratégias para mudar a lógica dos objetivos de aprendizado são os principais motivadores desse quadro.

A pesquisa e os incentivos são altamente concentrados nas áreas de estudo que mais interessam aos anseios do mercado capitalista. A constatação de investimentos focalizados, em detrimento do capital, fica muito evidente, quando se analisa a distribuição dos projetos de pesquisa e oferta de bolsas pesquisa, que são institucionalizados na universidade. Grande parte dos projetos são ligados às áreas das ciências naturais (positivismo de mercado) e às áreas de tecnologia. Atualmente cerca de 80% das bolsas e financiamentos de projetos estão nas áreas de Ciências Biológicas e tecnológicas.

A extensão é quase inexistente. Segundo DEMO (1998), extensão é uma grande farsa para macular a falta de prática social nas universidades. No caso da UEFS, essa lógica é percebida, pois, para uma universidade que está localizada na porta do semi-árido brasileiro, uma das regiões mais carentes do país, que detém 21 cursos de graduação, cursos de mestrado, doutorado e outros, a prática social é quase inexistente. A população do município (Feira de Santana), mal conhece a universidade, basta reparar no descaso da universidade com a comunidade adjacente que reside na beira de um lagoa extremamente poluída e a UEFS não tem sequer um projeto de revitalização da mesma. A extensão da UEFS resume-se a reduzido atendimento odontológico (com cinco clínicas externas e uma interna), e alguns projetos ligados à educação.

Política de assistência social

Percebeu-se a forte presença da política neoliberal na UEFS, através das escassas ações de assistência social. A Unidade de Desenvolvimento Comunitário (UNDEC), que é o setor responsável pelas diretrizes da assistência na universidade, pouco tem contribuído para a construção de um desenvolvimento social eficiente e motivador. Existe atualmente uma Residência Universitária na UEFS, com cerca de 100 vagas (atualmente encontram-se cerca de 130 estudantes; destes, 30 dormem no chão), graças às pressões da base estudantil, que com muita dedicação e coragem ocupou uma creche abandonada e, a partir daí, conseguiu uma Residência Universitária para estudantes carentes.

Os estudantes carentes, principalmente os oriundos da escola pública, enfrentam três desafios para cursar a Universidade. O primeiro é pagar a taxa de inscrição no vestibular, o segundo é passar no excludente vestibular e o terceiro é se manter na universidade. Nesse contexto, percebe-se que o ensino é público mas não é gratuito, é pago e está ficando cada vez mais caro. Nesses três desafios, a política de assistência social da UEFS não contribui em nada com os estudantes carentes. Existe uma pequena porcentagem de isenção na inscrição do vestibular, que não contempla nem 5% da quantidade de estudantes que não podem pagar. Não existe nenhum mecanismo que diminua a tremenda desigualdade de oportunidade no vestibular nem qualquer projeto concreto de manutenção dos estudantes carentes na universidade. A UEFS se mostra inoperante no que diz respeito à assistência social e sem perspectiva por parte da Administração Superior de construir um projeto que contemple as demandas sociais. As ações desenvolvidas são extremamente focalizadas, como manda a cartilha do neoliberalismo.

PARA NÃO CONCLUIR

De acordo com Gentili, a proposta neoliberal busca enquadrar a educação num Big Mec ou em um Mec Fritas e jogar no mercado, para atender ao Grande Capital. A idéia é transformar a educação numa simples mercadoria, a qual possa ser comprada livremente no mercado. Essa mercadoria tem que ter “qualidade de mercado”, velocidade e eficiência na formação.

É diante desse quadro de estratégias, calcada em aparatos financeiros excludentes e ideológicos, que está o direito do aprendizado de cada homem e mulher. Resta saber o que se fará para conter esse projeto de total domínio da educação. Os últimos acontecimentos na UEFS podem, talvez, dar algumas pistas e idéias de como enfrentar a exclusão no aprendizado.

As últimas eleições para Reitor e a greve estudantil de 52 dias (setembro a novembro de 2003) deram uma resposta muito concreta às políticas neoliberais desenvolvidas na Instituição. A expressiva votação do candidato de esquerda, que disputou voto a voto as eleições para Reitor, com o candidato das elites locais e regionais, abalou profundamente as estruturas da Universidade. A vitória do candidato das elites foi apertada (diferença de 2,9% dos votos), contudo os “vencedores” terão que repensar suas ações, pois sabem que do outro lado tem uma forte oposição.

O movimento Estudantil da UEFS é um dos mais fortes e atuantes do Brasil. O mesmo carrega como bandeira de luta a defesa da universidade pública e o combate às políticas neoliberais. Recentemente, a UEFS ficou 52 dias sem aulas, devido a uma greve estudantil. A greve estourou frente à profunda contradição entre as bandeiras de luta do movimento e as políticas neoliberais implementadas pela administração na universidade.

Esses exemplos de lutas mostram que a história não parou e que o discurso único é pura ilusão. Podemos e devemos pensar uma sociedade que não gire em torno do mercado e do individualismo. Para tanto, é crucial a organização popular, o conhecimento crítico e a consciência de que somos sujeitos do processo histórico, portanto temos o direito de também participar de forma igual das diretrizes de nossa sociedade.

REFERÊNCIAS

BARRETO, Eloi (coord.). **I Relatório síntese o auto-relato da UEFS**. GTAI, Feira de Santana, UEFS, 1997.

DEMO, Pedro. **Educar pela Pesquisa**, 5º ed., Campinas, Autores associados, 2000.



DEMO, Pedro. **A Nova LDB ranços e avanços**, 13º ed., Campinas, Papirus, 2002.

GENTILI, Pablo (org.). **Pedagogia da Exclusão Crítica ao Neoliberalismo em Educação**, 6º ed., Petropolis, Vozes, 2000.

SILVA, Tomaz T. da, GENTILI, P. Escolar S.A. **Quem ganha e quem perde no mercado educacional no neoliberalismo**. Brasília, UNB, 1996.

www.uefs.br.